

«Fortaleza europeia»: uma falsa questão

LEONARDO MATHIAS*

Apesar de nem sempre aparente, julgo que existe uma grande convergência de objectivos estratégicos entre o Brasil e a Comunidade Económica Europeia, tanto no domínio económico como no domínio comercial. Porque me parece que haverá, do lado do Brasil¹, a necessidade de realizar excedentes comerciais para fazer face ao serviço da dívida e de prosseguir uma estratégia de desenvolvimento económico acelerado capaz de atenuar os seus desequilíbrios sociais e regionais, o que impõe, julgo eu, uma maior diversificação de mercados e significa que o Brasil precisará, se esta hipótese for correcta, de aumentar as suas relações comerciais com espaços económicos de dimensão equivalente ao espaço norte-americano e suficientemente abertos para possibilitarem, a um só tempo, um incremento e uma diversificação das trocas comerciais. A estratégia económica e comercial do Brasil terá; neste caso, de passar em larga medida pela Comunidade, que é hoje o maior mercado e o mais aberto à escala mundial.

Por seu lado, a Comunidade encontra-se num ponto de viragem da sua afirmação económica mundial. Depois de trinta anos de integração e de se ter convertido num dos vértices do sistema multipolar que caracteriza a ordem económica internacional, a Europa aprofunda a sua posição no quadro das relações económicas internacionais, e vence atrasos tecnológicos em determinadas áreas, ou corre o risco de ocupar um lugar subalterno no complexo sistema triangular de forças existente com os Estados Unidos e com o Japão.

Isto é, após trinta anos de integração, a Europa comunitária está confrontada com o grande desafio da sua afirmação à escala mundial. E a resposta a esse desafio implica:

- por um lado, criar condições de coesão interna que permitam aprofundar ainda mais a sua vocação polarizadora das relações económicas internacionais através de um incremento das

* Embaixador. Representante permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias. Recentemente nomeado Embaixador de Portugal no Brasil.

¹ Exprimo-me quando falo no Brasil com toda a reserva, consciente da delicadeza de formular opiniões em matéria que é da exclusiva competência das autoridades brasileiras; faço-o com essa reserva e apenas num espírito construtivo e de abertura.

trocas com terceiros países de forma a reduzir a sua dependência da hegemonia norte-americana e japonesa;

- por outro, libertar os potenciais de crescimento e de desenvolvimento tecnológico ainda disponíveis no plano da interacção comunitária de forma a reequilibrar o padrão de comércio que mantém com os Estados Unidos e com o Japão e a favorecer os ajustamentos da estrutura produtiva indispensáveis à afirmação da Comunidade como pólo activo do sistema económico internacional. Ora, nesta perspectiva, os programas comunitários actuais de reforço da coesão económica e social e da realização do mercado interno podem ser naturalmente o complemento das orientações estratégicas do Brasil;

- porque, ao libertar o potencial de crescimento contido na realização do mercado interno, a Comunidade está a oferecer a países terceiros, e neste caso ao Brasil, uma alternativa à expansão das trocas, furtando-os à dependência da evolução da economia norte-americana, designadamente, aos riscos de um ajustamento desordenado do orçamento e da balança comercial dos Estados Unidos;

- porque, em segundo lugar, ao procurar a recuperação tecnológica e, por consequência ao reequilibrar o padrão de trocas com os Estados Unidos e o Japão, a Comunidade fortalece a sua vocação polarizadora no quadro das relações de força à escala internacional e, desse modo, alarga a margem de manobra de países como o Brasil para optimizar o quadro das suas interdependências à escala mundial;

- e porque, por fim, ao corrigir as disparidades de desenvolvimento entre Estados membros e entre regiões, a Comunidade cria as condições indispensáveis ao aprofundamento de um padrão de especialização concorrencial que, a meu ver, interessa ao Brasil.

Isto é, a realização do mercado interno, quando devidamente integrada na estratégia da Comunidade no plano mundial, pode ser complementar com os objectivos estratégicos de países como o Brasil e, de uma forma geral, com os objectivos de desenvolvimento económico mundial.

Não há, por consequência e a meu ver, razão para agitar o fantasma da «fortaleza Europa», como, por miopia, vêm fazendo alguns meios económicos internacionais.

E digo por miopia porque essas correntes de opinião têm sistematicamente concentrado a sua atenção apenas no reforço das relações intercomunitárias que, necessariamente, resultarão da realização do mercado interno, não vendo ou não querendo ver, portanto,

que esta realização é uma peça e uma condição de uma estratégia mais vasta de aprofundamento da integração da economia europeia na economia mundial.

Falar da «fortaleza Europa» não só revela pois miopia como, na medida em que desvia a atenção do essencial, tende a prejudicar os interesses e a consecução dos objectivos estratégicos de países sem industrializados, como o Brasil, interesses e objectivos que, a meu ver, são convergentes com o projecto da afirmação da Europa no plano mundial. É nesta perspectiva que me parece que a Comunidade terá de fazer compreender a sua estratégia aos países terceiros e, em especial, àqueles que mais vantagem podem retirar de um reforço do papel da Europa na cena mundial.

A cooperação industrial

Dito isto, também creio que cumpre salientar que o Brasil estabeleceu pólos de desenvolvimento de tal maneira importantes que em termos reais se situa hoje num terreno que é mais o dos países industrializados que o dos «países em vias de desenvolvimento».

O seu tecido produtivo atingiu graus de diversificação tão superiores aos da maioria dos outros países latino-americanos, que é de prever que dispositivos como o sistema de preferências generalizadas tendam a perder progressivamente importância em relação a outros esquemas de incentivo ao comércio internacional.

E por esta dimensão económica que é a sua, o Brasil poderá desempenhar ele próprio o papel de dinamizador das economias dos países vizinhos. Não deve esquecer-se o papel fundamental dos modelos de integração regional como factor de crescimento e de desenvolvimento. A celebração de acordos de desmantelamento pautal entre a Argentina, o Brasil e o Uruguay, é já disso expressão clara.

Dum ponto de vista comunitário, a intensificação das relações com o continente sul-americano deverá também visar fornecer um contributo para a estabilidade política e social e para o progresso económico de uma região dotada, como se sabe, de enormes potencialidades. E assim a região, por sua vez, poderá transmitir aos seus grandes parceiros comerciais os efeitos benéficos de um crescimento equilibrado que pela via de cooperação é necessário promover e que até à data tem sido difícil concretizar.

Este último aspecto - a contribuição que os grandes espaços económicos ainda insuficientemente desenvolvidos em termos globais poderão vir a oferecer para o crescimento económico das outras grandes regiões do mundo - é em geral menos citado,

pois a tendência é para centrar a argumentação nos aspectos relativos ao subdesenvolvimento e à ajuda.

No quadro da concretização do mercado interno, e de todos os projectos que dele necessariamente decorrem, a cooperação industrial será um dos domínios onde se reflectirão, a meu ver, resultados mais palpáveis para um país com as possibilidades, a dimensão e o grau de desenvolvimento do Brasil. A este propósito permito-me aludir² a certas posições, que tanto através da sua legislação interna, como nos diferentes *fora* internacionais, têm sido expressas pelo Brasil e onde de várias maneiras se manifesta uma certa precaução em relação ao investimento estrangeiro.

As declarações que o Brasil tem formulado, por exemplo no contexto do Uruguay Round, vão no sentido de sublinhar o direito inalienável de definir as prioridades nas políticas nacionais de investimento, de fazer prevalecer o investimento em relação ao comércio, de preconizar que aquele se encontre associado às transferências de tecnologia.

Confio, no entanto, que nesta área exista uma margem grande para uma actuação pragmática por parte dos brasileiros e que os agentes económicos mundiais não percam de vista o enorme potencial de crescimento que o Brasil representa. Mas atrevo-me a ponderar que é necessário garantir e evitar que certas ideias de princípio, pelo contraste que reflectem com teses de países mais industrializados, acabem por provocar uma retracção do investimento externo, frustrando os objectivos pretendidos nos domínios da expansão comercial e da resolução do problema da dívida.

Investimento e endividamento

À semelhança de outros países terceiros, o Brasil decerto procurará, também através de investimentos na própria Comunidade, o acesso às possibilidades oferecidas por um mercado unificado de 320 milhões de habitantes. Porque o mercado interno vem oferecer igualmente nessa área dos investimentos oportunidades acrescidas.

As afinidades culturais com Portugal criam um quadro particular para a concretização desse tipo de projectos.

² Com a mesma reserva a que já aludi.

E o investimento brasileiro poderá também beneficiar do conjunto de instrumentos que a Comunidade põe à disposição de Portugal para a dinamização da sua economia e da sua indústria em particular. Apoios que se dirigem a infra-estruturas tecnológicas, à formação, a melhorias de produtividade, ou se traduzem mesmo em incentivos financeiros ao próprio investimento.

Fora deste tipo de questões, também haverá que referir outro aspecto que neste momento me parece constituir, nos grandes países latino-americanos, o principal obstáculo à realização dos esforços de desenvolvimento e à plena participação das suas regiões mais atrasadas nesse desenvolvimento. Este aspecto é o da dívida externa e do seu serviço.

Embora tendo conseguido estádios de desenvolvimento muito superiores aos atingidos no continente africano, e sem os problemas de miséria e de estado total de carência dos níveis de gravidade registados em África ou em algumas regiões asiáticas de alta densidade populacional, as assimetrias de riqueza e de crescimento existentes num grande número de países sul-americanos (porque a pobreza é também, como já foi dito, a consciência da riqueza dos outros) são geradoras de perigosas tensões sociais que poderão dificultar o desenvolvimento, criar riscos de instabilidade ou de regressão no plano económico, com consequências sobre o comércio e o sistema monetário mundial.

Neste domínio, o papel da Comunidade poderá também ser construtivo. A completa realização do mercado interno e a unificação das políticas comunitárias, designadamente a política monetária e financeira que dele decorrem, poderão permitir uma mudança qualitativa considerável da capacidade de intervenção da Comunidade nesta matéria. Será mais uma prova de que a unificação europeia aumentará a capacidade de intervenção da Comunidade no plano mundial e na resolução dos problemas que se põem a nível planetário.

Tenho para mim que à medida que uma maior intervenção monetária for sendo conseguida, a Comunidade deverá assumir um papel mais activo no sentido da resolução dos problemas da dívida do terceiro mundo. O tratamento da questão ganhará outra dimensão quando a Comunidade tiver uma competência acrescida no contexto do mercado interno.

A possibilidade de participar de maneira activa na resolução dos graves problemas mundiais (de que este aspecto é exemplo flagrante) constitui mais uma razão da importância do progresso na construção da Europa.

Resumindo, em meu entender, a Comunidade, pelo seu próprio dinamismo económico e social, verá acrescido o conjunto de trocas com o mundo exterior. O seu crescimento deverá ser acompanhado de uma maior acção no sentido de assegurar que o desenvolvimento de outros espaços económicos se faça cada vez mais em inter-relação com o espaço comunitário.

É minha convicção que a Europa beneficia, face ao Brasil, de condições que lhe permitem constituir uma relação que - assentando na base cultural comum - tem nos diversos domínios de acção externa um promissor campo de actuação. E o Brasil, pelo que representa no quadro da região sul-americana e pelo papel que desempenha no âmbito dos países em vias de desenvolvimento, constituirá para a Comunidade um pólo especial no plano das suas relações externas.

Compete à Comunidade ter em conta esta realidade e acreditar que todas as iniciativas que desde já empreenda a favor ou no Brasil serão a melhor forma de consolidar as relações futuras.

Também gostaria de salientar que, na riqueza da diversidade que a caracteriza, a Comunidade reconheceu, por mecanismos diversos, a projecção dos laços históricos que uniram os seus Estados membros a outras partes do mundo. O recente alargamento dará novo impulso às suas relações com a América Latina e a adesão de Portugal constitui um incentivo muito particular nas suas relações com o Brasil.

Creio que nos cabe, a nós portugueses, desenvolver, nas instâncias comunitárias e na língua de Machado de Assis, a lógica de aproximação com o Brasil, na exacta medida em que ela também integra a identidade histórica que enriquece Portugal na Europa comunitária. E enquanto Portugal for projectando a sua identidade no quadro comunitário, a Comunidade irá caldeando assim com elementos dessa identidade a sua atitude para o futuro. É nesta perspectiva de interacções que é preciso afirmar o que aproxima Portugal do Brasil, para que a Comunidade vá assumindo, cada vez mais, no plano das relações económicas e no da cooperação política, essa dimensão que sendo portuguesa é também comunitária. Porque é disso no fundo que se trata, independentemente das relações, em tantos domínios excelentes, que possam existir no plano bilateral, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, ou a Itália, ou a Holanda. Essas relações nunca terão a dimensão específica das que existem entre o Brasil e Portugal, nem outros países da Comunidade alguma vez poderão dar a prioridade que Portugal e o Brasil atribuem, na sua política externa, ao

aprofundamento permanente e sistemático do seu relacionamento. É nessa perspectiva que o papel de Portugal na Comunidade é diferente do dos demais Estados membros.